



REGULAMENTO DO COMITÊ TÉCNICO CULTURAL

Artigo 1º - Compete ao Comitê Técnico Cultural:

- I. Aprovar os projetos culturais para elaboração de cronograma de atividades;
- II. Deliberar sobre toda matéria que lhe seja submetida pelo presidente;
- III. Zelar pelo bom andamento e pela qualidade dos trabalhos realizados pela Estação Cultural.

Artigo 2º - Caberá ao Comitê analisar todas as solicitações de uso das dependências da Estação, sejam em forma de parcerias, patrocínios, projetos ou de simples apresentação pública.

Artigo 3º - Nas análises para a aprovação das solicitações deverá atender, não limitativamente:

- I. A pertinência do evento cultural de acordo com a missão da Estação.
- II. A relação com o desenvolvimento social.
- III. O caráter não comercial do evento.

Artigo 4º - O Comitê Técnico Cultural será constituído por um mínimo de 7 (sete) e um máximo de 11 (onze) membros, sendo sempre em número ímpar, dos quais metade mais um deverão pertencer ao quadro de funcionários da Fundação Romi. A outra metade será formada por pessoas externas, de reconhecido mérito, atuantes na área cultural e que não tenham vínculo empregatício com a Fundação Romi.

Artigo 5º - O convite às pessoas externas para compor o Comitê Técnico Cultural deverá ser feito, através de ofício, assinado pelo Superintendente.

Artigo 6º - A presidência do Comitê Técnico Cultural deverá ser exercida pelo executivo da Fundação Romi de maior cargo na instituição, ou por este indicado, atribuindo-se-lhe, a responsabilidade pela gestão operacional do Comitê.

Artigo 7º - Os membros pertencentes ao quadro funcional da Fundação Romi serão designados pelo presidente, sem mandato definido, podendo ser substituídos por decisão única do presidente.

Artigo 8º - Os membros externos terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser renovados em períodos iguais, desde que tenham aprovação mínima da maioria simples do Comitê.

Artigo 9º - Os membros externos, em vigência do mandato, somente poderão ser excluídos por decisão de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do comitê.

Artigo 10º - A participação dos membros externos será na condição de voluntários, não recebendo nenhum tipo de remuneração por suas atividades, podendo, no entanto, serem reembolsados por despesas de viagem e/ou hospedagem.

Artigo 11º - A eliminação de membro externo se dará automaticamente em caso de ausência, justificada ou não, por 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões alternadas.

Artigo 12º - A aprovação das solicitações se dará por maioria simples dos votos dos membros presentes à reunião, desde que tenha o mínimo de 7 membros presentes na reunião.

Artigo 13º - As reuniões ocorrerão uma vez por mês em caráter ordinário ou em caráter extraordinário quando necessário.

Disposições gerais

A Diretoria da Fundação Romi poderá alterar o presente Regimento Interno em todo ou em parte.

Validade

O presente Regimento Interno passa a valer a partir desta data, com prazo indeterminado.

Santa Bárbara d'Oeste, 01 de fevereiro de 2008.

FUNDAÇÃO ROMI

André Luis Romi
Presidente da Diretoria

Patrícia Romi Cervone
Vice-Presidente da Diretoria